

GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.

Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares

O GT se propõe discutir práticas, valores, sentidos e representações que, associados à noção de cidadania, se expressam em lutas por direitos sociais na cidade e incorporam processos de demandas materiais e imateriais mormente vinculados à proposição de uma vida digna. São bem-vindos trabalhos etnográficos que expressem análises da dimensão política, moral, jurídica, burocrático-administrativa e pedagógica de tais processos, bem como da consequente produção de subjetividades e práticas de intervenção, cujos sujeitos demandantes de direitos podem ser representados ou mediados por movimentos sociais, associações, organizações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas de maneira geral e/ou agentes estatais. Pontuamos que as desigualdades sociais, fundadas historicamente em um regime de cidadania no país profundamente desigual em sua distribuição, que impõe limites ao acesso a direitos sociais por diversos segmentos e grupos sociais subalternizados na sociedade brasileira, têm se agravado no contexto da pandemia da Covid-19 e da política de austeridade fiscal, ressignificando instrumentos e recursos de acesso a estes direitos. Diante de tal conjuntura desafiadora, propomos debater as diferentes formas de engajamento, de luta e de resistência em espaços urbanos que podem conformar a organização de sujeitos demandantes de direitos sociais (direito à moradia, à educação, à saúde, entre outros), assim como a regulação de relações sociais que pressupõem a cidadania como valor.

Fortal in burn: notas de uma etnografia com juventudes negras na cidade de Fortaleza

Autoria: Paulo Henrique Ferreira de Freitas

A cidade de Fortaleza é uma cidade "ocupada" em seu sentido demográfico/populacional. Para algumas dessas populações que ocupam o território da capital cearense, como a classe trabalhadora negra que chegava em Fortaleza vindas de diversos outros lugares do estado do Ceará e continuaram a ocupar a cidade, viram a cidade tornar-se uma metrópole em um pequeno contexto temporal. No entanto, a ocupação de partes da infraestrutura da cidade de Fortaleza constitui os espaços chamados favela-comunidade, espaços legados de precariedade e abandono do poder público, mas produtores de sensibilidades comunitárias que nos ajudarão a compreender esses espaços urbanos. Tomamos algumas notas que envolvem contextos e conceitos-vivências de juventudes negras na cidade de Fortaleza, através de "sensibilidades analíticas" de gerações marcadas por interseccionalidades entre "raça, gênero, sexualidades e território". As abordagens policiais nas cidades ligam-se efetivamente com a construção de padrões de busca que ganham status de institucionalização, quando se é tomada como prática sistêmica quanto às abordagens letais registradas pelos relatórios de segurança pública. No entanto, fatores como seletividade racial (SINHORETO, 2014), que podem ser um fio condutor dessa discussão, como diz, Lélia Gonzáles (1982, p.15) "aquí também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar". Essa ideia de divisão racial do espaço, pode ser bem aplicada ao contexto dessa interlocução. Entretanto, ainda assim buscamos nesse investimento extrapolar noções restritas e enclausuradas na produção de violência por parte do estado, podendo assim, nos permitir alcançar repertórios e estratégias próprias desses sujeitos/as quanto aos problemas identificados nesse percurso. Pretendemos, portanto, alcançar novas perspectivas e posturas do saber de/para/com essas populações, bem como também na elaboração de contra narrativas que são constantemente relegadas à narrativas de estereótipos de controle social urbano, impostas pela marginalidade do corpo-negro e jovem.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

